

Em mesa redonda do parlamento juvenil Mulheres discutem direitos humanos e mudanças climáticas



Pag. 08

Atira Nuno Gonçalves

"As mulheres são forçadas à prostituição por agentes económicos"



Pag. 10

Laura Nhaueleque

"A pobreza, a fome, a miséria podem forçar as pessoas a cometerem delitos"



O apelo da Cândida
"Vamos todos recensear"

Pag. 07



Discutindo Direitos humanos

PJ chama atenção para vulnerabilidade das pessoas



O 25 de Abril foi marcado pela realização de uma mesa redonda organizada pelo parlamento juvenil que juntou mulheres em Maputo para discutir direitos humanos e mudanças climáticas, Eunice Andrade, Quitéria Guirengane e Mirna Chitsungo tomaram conta do evento. Quitéria Guirengane secretária executiva do observatório das mulheres, debruçando-se sobre o papel da das organizações da sociedade civil na defesa dos direitos humanos das mulheres vítimas de eventos climáticos, sublinhou o quão enormes ainda são os desafios do país relativamente a situação das mulheres, enfatizou também a infinita luta que se tem com as uniões prematuras, deixando bem claro que as organizações cívicas têm ainda muito que andar nesta caminhada. Guirengane aliou conforme a cabia, a precária condição dos direitos humanos das mulheres ao clima desolador que assola o país desde os tempos mais remotos, apontando também a menos propalada realidade que constitui o pão de cada nas zonas mais recônditas do país, aonde famílias expõem-se à tais situações por falta de tudo.

Eunice Andrade que também lamentou o reinado anual das cheias desde o século XVII em Moçambique, abordou didacticamente o assunto, desempenhando um papel orientador, interveio aconselhando naquilo que considera a

postura certa de lidar com as mudanças climáticas no país, exortando as mulheres a pensarem numa perspectiva de produção sempre que possível nesses casos, visto que, zonas propensas a cheias não são as mais indicadas para se viver, e isso deve se cumprir conforme reiterou, porém, é preciso, segundo aquela oradora, descobrir o que se pode produzir em tal terra e até que ponto é possível empreender com isso.

Andrade critica a falta de assistência adequada às populações por parte das autoridades estatais mas chama a atenção destas para um olho do benefício. Mirna Chitsungo activista da actionaid, lançou críticas gerais a sociedade, para aquela activista a situação dos direitos humanos no seu todo em Moçambique, estão cada vez mais bizarros, no que refere às cheias então, está tudo muito mal segundo aquela activista, onde até as chamadas zonas de reassentamento relativamente as cheias, são para ela uma miséria, sem as mínimas condições. Para Mirna, as autoridades não ajudam e as populações também mal aproveitam as míseras ajudas destas autoridades.





ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM MOÇAMBIQUE E PROBLEMAS AMBIENTAIS RESULTANTES

Por: Gerson Francisco Marques

A necessidade de ordenar melhor o território com o intuito de diminuir desequilíbrios nas comunidades, trouxe para a pauta dos governos e académicos, a sustentabilidade ambiental como um tema que agrega apreciações diversas. Porquanto, a lei do Ordenamento Territorial 19/2007 de 18 de Julho, entra em vigor para nortear e monitorar o ordenamento do território, visando, consequentemente, atender as necessidades das populações.

Este texto emerge numa perspectiva reflexiva aos impactos ambientais dos assentamentos informais no espaço urbano em Moçambique. Em Moçambique, o crescimento populacional vem se registando de forma acelerada nas áreas urbanas e rural, fazendo com que haja uma habitação desordenada sem o uso dos instrumentos de ordenamento territorial. Todavia, o crescimento populacional global, nacional e local tem perturbado o meio ambiente de várias maneiras, dentre elas, a ocupação do solo para as suas habitações junto das suas actividades.

Especificamente, em alguns bairros da cidade de Montepuez (Matuto-1 e 2), a situação ambiental está muito aquém do desejável, pois em se tratando de famílias pobres, observam-se nestes bairros, casas precárias construídas de forma desordenada, numa altura em que os mesmos[bairros] são muito susceptíveis às inundações e erosão do solo em épocas chuvosas. Não obstante, o bairro de Paquiteque (Cidade de Pemba), é também muito propenso aos problemas

ambientais, como por exemplo o fecalismo a céu-aberto e degradação de resíduos sólidos, na presente ocasião em que a ocupação do solo urbano é neste bairro somada de políticas não eficazes, que proporciona uma morfologia que tende a dificultar a implementação de redes de estrutura urbana, dificultando o acesso ao fornecimento de água potável, drenagem urbana e colecta de resíduos sólidos urbanos.

Portanto, um caso quase semelhante é, também recorrente na cidade de Nampula, sobretudo nos bairros de Muatala e Murrapaniua, onde a população residente e potenciais residentes interessados em fixar suas residências transformam tais bairros em pólo de construção de casas precárias e sem o devido planeamento físico. Naturalmente, em estações chuvosas os solos destes bairros são propensos a erosão pluvial, provocando ravinhas, principalmente, devido as costumeiras práticas da população local de extrair areia para construir casas, comotambém para vender.

A cidade de Maputo não é excepção, pois, é a mais vulnerável de distintos problemas ambientais em épocas pluviométricas. No geral, o processo da urbanização actual da cidade de Maputo caracteriza-se por ser horizontal e desordenado. E, um estudo feito por Serra (2012, p.12) afirma que: “bairros inteiros têm surgido nas cidades moçambicanas subitamente, sem qualquer estudo prévio sobre o impacto de assentamentos humanos nas áreas visadas”. Alguns bairros da cidade de Maputo, como é o

caso do bairro de Magoanine-A, apresentam em algumas áreas uma morfologia dunar, formando autênticas depressões susceptíveis aos riscos geomorfológicos, tais como a inundação e a erosão, e nos últimos anos assiste-se a uma forte ocupação destes espaços para a construção de habitações.

Deste modo, nas cidades moçambicanas, em cada época chuvosa tem-se encarando variados problemas ambientais (erosão, inundações, deslizamento de terra, etc), de forma cada vez mais agravada e, o governo parece ainda estar inerte e distraído diante dos mesmos. Novos bairros são formados, mas nenhum instrumento de ordenamento e planeamento físico é posto em acção para revitalizar tais problemas incessantes.

Todavia, observando o perfil socioeconómico da maioria das famílias moçambicanas, que na sua essência se acomodam em habitações precárias desordenadas, há necessidade do governo aplicar os instrumentos de ordenamento territorial para evitar ou reduzir os problemas ambientais causados pelos assentamentos informais e as diversas actividades humanas que são realizadas no espaço urbano. Os instrumentos de ordenamento territorial ajudam no desenvolvimento, no qual o crescimento assume importância essencial e instrumental. Lembrando que, a forma como o espaço se organiza interfere no desenvolvimento, porque praticamente toda a actividade humana é localizada. Por isso, o espaço é simultaneamente factor e sujeito do desenvolvimento.



Paco Planelles / Espanha

DIA MUNDIAL DA MALÁRIA

<Uma doença sem fronteiras>

Caro irmão leitor,

O mosquito 'Anopheles', o temido "Plasmodium falciparum", continua a ameaçar 40% da população mundial e mata uma criança com menos de cinco anos a cada 30 segundos. Esta circunstância obriga os governos de todas as regiões endêmicas da África Subsaariana e também as autoridades e os responsáveis pelo mundo da saúde; Ou seja, a OMS/Organização Mundial da Saúde tomar medidas de controle dessa grave doença cujo principal objetivo seria a eliminação do vetor, mas não apenas fazendo uso exclusivo de inseticidas ou dos tão necessários mosquiteiros já tratados com produtos químicos; se não, com prontas respostas farmacológicas e o devido respaldo para qualquer outra investigação possível; comercialização e distribuição de novas vacinas confiáveis para prevenir a doença, como empresas multinacionais e laboratórios farmacêuticos já vinham fazendo diante da grave pandemia global de coronavírus que ainda assola a grande maioria dos países.

Hoje, 25 de abril, a comunidade internacional, empresas multinacionais e laboratórios farmacêuticos também devem unir forças nesta nova terça-feira, 25 de abril, dia comemorativo da luta contra a malária; É evidente que a procura de vacinas eficazes, de baixo custo e totalmente válidas para aplicação geral continua ainda hoje a ser a maior preocupação dos especialistas e investigadores do Centro de Investiga-

ção em Saúde CISM-Manihça, cá, na República de Moçambique onde analisam e guardam as três variedades de anófeles: "tenebrosus", o maior e "funestus & gambiae", o mais perigoso com o objectivo de lançar e oferecer outros novos medicamentos ou vacinas que reduzam a incidência da malária e da malária infantil mortalidade; vacinar, se possível, todas as crianças africanas, desde tenra idade.

Por isso, consequência inevitável de eventuais estadias longas ou curtas em países da África subsariana (Somália, Ruanda, Moçambique, Quênia, etc.) técnicos de ONGs), e não poder fazer uso contínuo do tratamento profilático indicado para a malária, possibilita e resulta em: sofrer ataques gravíssimos de malária pela picada do mosquito fêmea 'Anopheles' e iniciar um complexo ciclo biológico de febre alta contínua, dores de cabeça e musculares; assim como cansaço geral, falta de apetite, anemia, magreza e destruição maciça de glóbulos vermelhos, etc., à medida que a doença avança pouco a pouco.

Eu posso dizer! Bem, graças a Deus! e ao tratamento prescrito à base de quinina e cloroquina pela Dra. Yasmine Cassam, directora médica do Hospital Distrital de Matutuine em Bela-Vista (Maputo); além do leite de 'bufalá' fornecido pelo agricultor moçambicano Sadula, superei uma doença tão grave do meu leito no Complexo Infantil S.O.S. CHILDREN / Castellón de la Missão

São Roque; tratamento que, infelizmente, não poderia ser oferecido às nossas crianças pobres, órfãs e vulneráveis, que tinham menos defesas contra a picada desse "bichinho" infectado pelo parasita "Plasmodium-falciparum" e que, em menos de três dias, poderiam morrer de malária cerebral súbita.

Por este motivo, qualquer pessoa -criança ou maior de idade- que visite países da África Subsaariana onde a malária é endêmica e não siga a profilaxia adequada ou tratamento preventivo e cuja administração periódica deve ser antes do embarque, durante a viagem e um curto período de tempo após terminá-lo,... infelizmente, por razões óbvias, você provavelmente será picado pelo mosquito fêmea anopheles infectado com o parasita plasmódio e contrairá a doença da malária.

Sim!, amigos leitores deste Facebook; a cada 30 segundos continuam a morrer – Hoje, 25 de abril, Dia Mundial da "Erradicação da Malária", no esquecido continente africano muitas crianças são vítimas da malária. Vida & Saúde de crianças e adultos que, hoje em dia, aqui, ou além das nossas fronteiras, vemos também gravemente ameaçados pela falta de limpeza das estradas, passeios e lotes; valas, lagoas nauseabundas, lagoas, águas pantanosas e sistemas de esgoto precários que são o habitat ideal para o mosquito "tigre" e outros mais perigosos.

PONTO FINAL

E o apelo de Óscar Monteiro!!?

É o fim do colonialismo, galgasse a passos largos para a extinção da hegemonia estúpida que a FRELIMO nos reserva! Oh camarada Óscar Monteiro, então foste tão inteligentemente ousado e prudente com o presidente Samora Machel que não o fazes com o nada saudoso presidente Filipe Nyusi? Jamais saiu-me da memória a linda teoria que disseste ter usado para fazer compreender ao então presidente Machel que, mandar bater nos cidadãos por supostas prevaricações e ou desrespeito para com o Estado, com o povo ou consigo mesmos, não devia de jeito nenhum fazer parte da vossa postura (FRELIMO) ou mesmo da índole de um Estado, visto que, assim justificaste, foi mesmo contra isso que lutaram para libertar-se do colonialismo português e, segundo a ti (Óscar) Samora Machel percebeu mas e agora?

O que é está a falhar? O actual Presidente da República de Mo-

çambique é, pelo menos etariamente ou talvez até socialmente, muitíssimo inferior a si no seio do vosso partido, arrisco-me, e ainda mais pequeno do ponto de vista popular. Para além do apelo à Samora Machel saído directamente da sua boca, sabe-se dos directos recados ao presidente Armando Guebuza em relação à Teófilo Nhangumele, portanto, professor Óscar faltam alguns dizeres à Filipe Nyusi que está a matar Moçambique aos poucos. Este revelou-se pequeno em relação a todos. Quando por uma questão de arrogância e prepotência Armando Guebuza pariu a geração da viragem, Filipe Nyusi deu a luz à uma geração legítima por conta da violência, as ruas das nossas cidades confirmam, essa geração não espera ordens, ela faz acontecer, independentemente da força maior do ordenador superior, os jovens vão às ruas para fazer valer a sua história e isso está a acontecer tempestivamente. Ca-

minhando por esta via, teremos mais uma guerra para além do negócio Cabo Delgado que todos desconhecem.

O país precisa de uma nova abordagem, a cidadania evoluiu e o governo parou no tempo, está focado na opressão de tal maneira que confunde o século XXI com as décadas de cinquenta e sessenta lá do sec. XX e vai-se esmerando na aplicação de golpes colonialistas daquele tempo, que despautério. É uma lástima a forma como o governo do dia entende o exercício do poder, uma estupidez aguda, nota-se uma incompreensão de gestão de poder por parte da FRELIMO, nota-se um presidente desprovido de assessoria sábia para levar uma nação à bom porto, notam-se cidadãos desesperados, largados à própria sorte carentes de dirigentes sérios. Professor Óscar Monteiro, corre e avisa a FRELIMO que este povo sofre nas mãos de Filipe Nyusi.

FICHA TÉCNICA

Director Editorial: Douglas Madjila

Administração: Hélio Pinto ; Contactos: 841385148 / 87 3017860

Redacção: Benta Edith, Orlando Júnior, Jéssica Monteiro Redacção : 87 5308210/ 82 3308210

Numero de Registro de Entidade Legais: DISP.67/GABINFO-DEPC/210/2022

Endereço: Av. Amílcar Cabral, 1542 1º andar ; Cidade de Maputo Email: luzdopensamentomz@gmail.com



DO PENSAMENTO



Quem é bibliotecário nas unidades informacionais nas Universidades em Moçambique?

Por: Arsal José Minrage

Actualmente a profissão de bibliotecário em Moçambique está cada vez mais sendo marginalizada, pois, o cenário vigente é extremamente decepcionante, chegando a ser vergonhoso nas bibliotecas universitárias que recorrem aos simples agentes de limpeza ou mesmo ao CTA (Corpo Técnico e Administrativo) para exercerem o papel de bibliotecário, o que chega a comprometer neste caso a unidade informacional nos mais diversos aspectos organizacionais da grande envergadura bibliográfica existente.

Não se pode olhar a tarefa bibliotecária como uma mera arrumação e limpeza dos locais de guarda dos acervos, pois, ela é mais que isso, existe um fenómeno sentimental e amoroso que se pode empreender nestas unidades orgânicas, e isso, não é um simples profissional de outra inclinação que pode desempenhar. O que se verifica nas universidades moçambicanas actualmente é a negligência que pela falta de emprego associado ao desrespeito da profissão de bibliotecário acabam sendo colocadas pessoas não capacitadas para exercer esta função nas diversas bibliotecas universitárias, e isso vem prejudicando a própria instituição.

Portanto, as instituições de ensino Superior em Moçambique precisam reflectir acerca dos benefícios que um profissional da área de documentação/Biblioteconomia pode oferecer para as suas instalações de guarda de acervo documental, ou mesmo para as suas bibliotecas. Pois, esta tarefa não pode ser desempenhada por pessoas que não detenham de uma formação na área ou mesmo, que não estejam dotadas de conhecimento palpável em matéria de documentação. Isto porque, a importância da preservação e conservação do acervo bibliográfico, desde a antiguidade, foi objecto de preocupação do homem, sendo, no entanto, importante manter o acervo longe do perigo que possa ocasioná-los danos. E para evitar os danos, é preciso preservar e conservar os acervos de bibliotecas, visando a sua protecção e garantia de uso e protecção.

A biblioteca tem a função primordial de servir de apoio bibliográfico aos professores, estudantes, pesquisadores e à comunidade em geral, devendo colaborar no desenvolvimento das actividades de ensino,

pesquisa e extensão da universidade à qual ela está ligada. É, por isso, considerada como “o coração ou o centro nervoso da universidade”.

Para tal, é imperioso que as universidades assim como qualquer instituição tenham em mente que a tarefa de preservação do acervo bibliográfico deve estar presente em todas as actividades dos profissionais de informação, pois, como nos mostra Beck (2006) todo o profissional responsável pelo acervo bibliográfico deve se utilizar de todos os métodos actualizados em preservação e aplicá-las conforme a necessidade, tais como: medidas de controlo ambiental, iluminação; humidade relativa entre 45 e 60% e temperatura entre 20 a 22°C; ventilação. Esses cuidados básicos advindos da conservação preventiva evitam a proliferação de microrganismos e dão sobrevida ao acervo bibliográfico.

Ademais, a forma de armazenamento em vigor nalgumas Bibliotecas Universitárias não só dificulta a localização de livros ou recuperação de informação, mas também, quando os documentos estão compactos, rasgam rápido ou mesmo, é fácil a sua danificação. Pois, é possível ver livros com capa rasgada ou descolada por estarem apertados uns com os outros, e na medida em que são retirados da prateleira, compromete o acervo, uma vez que naquela condição em que se encontra, se um livro tiver humidade vai contaminar os outros.

Há um fenómeno muito preocupante que se verifica nas bibliotecas universitárias moçambicanas, que é a falta de um plano de preservação e conservação do acervo, que vai dificultando deste modo os mecanismos de gestão e salvaguarda dos acervos, pois, o processo de Preservação e Conservação do acervo bibliográfico nalgumas Bibliotecas Universitárias em Moçambique ocorre de forma desordeira por falta de um plano que guie as actividades assim como premeditar possíveis agentes de deterioração do acervo bibliográfico, e isto vai se verificando também pelo facto de haver a falta de profissionais formados na área de Documentação, que por sua vez vai propiciar a fraca gestão dos riscos que podem afectar a integridade física do acervo bibliográfico, visto que maior

parte deste é constituído de papel.

Lembrando um princípio dos administradores ou gestores e professores, “toda a acção deve ser planificada”. Deste modo, a preservação e conservação do acervo obedece esta regra de planificação para evitar possíveis danos controláveis.

Afirma-se isto porque os acervos de uma biblioteca, independentemente do suporte informacional, requer medidas de preservação e conservação, para garantir a salvaguarda dos acervos, tendo em vista que a biblioteca é um lugar de memória, e, portanto, deve manter o seu património bibliográfico em boas condições de acesso e uso. Também, as informações compreendidas em acervos são de grande relevância para a memória científica e podem desvanecer ou perder seu valor por uso inadequado, falta de preservação e segurança. Diante dessas reflexões, a preservação do acervo deve ser vislumbrada por seu valor funcional e simbólico, nesse sentido, o desenvolvimento de políticas de preservação deve ser um imperativo dentro das unidades de informação.

Nessa lógica, a política de preservação é fundamental para o planeamento de qualquer unidade de informação e, consequentemente para a salvaguarda dos acervos. Sem o desenvolvimento dessas acções, os danos ocasionados nos acervos bibliográficos podem ser graves e sem chance de recuperação, uma vez que as actividades de restauração necessitam de maiores investimentos, profissionais capacitados e uma estrutura física adequada para o seu desenvolvimento, e ainda sim, há perdas consideráveis de informação.

Com isso, os bibliotecários são responsáveis directamente pela preservação dos documentos cabendo a ele sempre, observar e controlar diversos factores que degradam o acervo.

Como diz Carvalho, (2002) “ necessita-se repensar as nomenclaturas para se chegar a um consenso e cabe considerar que as habilidades tradicionais de organização dessas profissões são valiosas e continuam sendo importantes para as funções de recuperação e de disseminação da informação e do documento além da preservação da memória da humanidade”.



Laura A. Nhaueleque

Jovem é Crucificado em Huíla: Justiça ou Barbaridade?

Uma triste e preocupante notícia está a circular grandemente em redes sociais, testemunhando a crucificação de um jovem, suposto ladrão de 27 anos, espancado até a morte. O crime hediondo foi protagonizado por 5 homens – maiores de idade (entre 29-60 anos) – na província angolana de Huíla.

O jovem ora morto foi acusado de ter roubado alguns bens nomeadamente: “roupas, duas banheiras, dois jogos de prato, três tesouras de poda de árvores, duas toalhas de mesa, duas de banho, uma fechadura, um par de botas e uma catana”. Isto é tudo que foi vingado por uma vida que provavelmente alimentava a esperança de um dia ver os seus sonhos realizados.

Como reacção ao crime, os proprietários dos bens, ao invés de solicitar os serviços da justiça, preferiram tratar do caso com as próprias mãos – amarrando o suposto ladrão em uma cruz improvisada e, durante longas 9 horas – de acordo com os informantes – o jovem foi torturado com objectos variados até o último suspiro.

Os cinco homens, cientes da tamanha barbaridade que teriam comedido, procuraram estratégias para se livrarem do corpo do referido ladrão. Na sequência, “envolveram o corpo do jovem numa manta, amarrado a dois blocos e atiraram ao fundo do rio Cuvango” - quatro dias depois, tiraram o corpo do rio e o enterram porque os blocos e as águas não colaboraram muito com os crimi-

nosos, trouxeram o corpo do jovem à superfície. Os homicidas estão nas mãos dos serviços de investigação criminal.

Infelizmente, o caso que aconteceu em Huíla não é isolado, o mundo sempre presenciou intolerâncias e punições populares severas aos transgressores dos valores sociais; punições essas que continuam nos nossos dias. No entanto, não quero deixar de relevar aqui, os estudos feitos que garantem a diminuição gradual destes tipos de justiça e reacções populares – pelo menos em meios como Estados Unidos da América, Europa, Brasil entre outros pontos do planeta, incluindo África.

A justiça pelas próprias mãos acontece maioritariamente em grupos sociais marcados pelos fenómenos dão pressão, pobreza, miséria, a falta de oportunidades, fomes entre outros males, que são até como que uma marca indelével e elemento característico do grupo. São estas sociedades, fartas de opressões, violências dos direitos que recorrem a reacções punitivas, muitas vezes extremas tal como aconteceu com o Jovem de Huíla, para repor o respeito, harmonia a “igualdade e equilíbrio social”.

No entanto, nestes climas, aquilo que quase ninguém releva são as razões que muitas vezes impulsionam ao transgressor a cometer o crime; porque o que mais sobressai é a sede de vingar o crime e repor a ordem social ao mesmo tempo que se nega que alguém venha incrementar ainda mais o pesado fardo

da opressão, violência e desrespeito que já pesa sobre o grupo. Porém, é importante considerar as motivações do crime antes mesmo da execução da sentença. A própria pobreza, a fome, a miséria são bons exemplos que podem forçar as pessoas a cometerem delitos, muitas vezes “fúteis”.

A justiça pelas próprias mãos é, sem dúvidas, um comportamento bárbaro e condenável, porém, este pode ser lido como uma espécie de denúncia e reflexo da perda de confiança e credibilidade do povo em relação ao próprio sistema judiciário. Um sistema que malmente funciona, além de estar minado pelas manobras da corrupção, encobertando diariamente os criminosos da elite política e governamentais exaltando assim as injustiças e desigualdades sociais, sobretudo pela impunidade dos “poderosos.”

Portanto, o caso de Huíla precisa ser enquadrado dentro do clima sociopolítico que está a atravessar muitos países africanos incluindo, Moçambique. As revoltas populares que estão a ocorrer em África denunciam a fadiga, a descrença e desconfiança generalizada de um povo esmagado pela pobreza, injustiça, desigualdades sociais, a fome, a exploração económica, a miséria, a opressão, a corrupção, o autoritarismo, falta de direitos, intolerâncias políticas e muito mais que desembocam em comportamentos violentos e fora de qualquer regra, como no caso aqui analisado de Huíla.

	Assinaturas		
	Mensal	Semestral	Anual
Instituições/Função Pública	1700.000MT	10.000MT	20.000MT
Embaixadas e Fora do País	100 USD	550 USD	950 USD



Vamos todos recensear

Por: Cândida Muvale

O recenseamento eleitoral, arrancou em todas as autarquias a 20 de Abril de 2023 e irá decorrer até 3 de Junho de 2023, daí todos os cidadãos que irão completar 18 anos de idade até o dia 11 de Outubro de 2023 e os que são maiores de 18 anos têm o dever de se recensear para poder exercer a esta data (*11 de Outubro de 2023*) o direito e dever de votar nas eleições autárquicas nos 65 municípios que o país dispõe actualmente onde o cidadão reside.

Moçambique é um Estado de direito democrático, por isso temos um ciclo de cinco em cinco anos de eleições onde todos cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos são chamados a escolher os seus dirigentes a nível das autarquias, do governo provincial e da alta magistratura da nação que é a presidência da República.

Nos últimos tempos ouço com muito pesar nas conversas de chapa e das esquinas, grupos de cidadãos que dizem estar agastados com a situação económica e político-social do país e por isso vão se abster de recensear e votar pois segundo eles o seu voto não faz diferença nenhuma pois já de antemão se sabe quem ganhará,

há roubo de votos, contagens fraudulentas e as eleições não são livres, justas e transparentes.

Em parte eles podem ter a sua razão e os seus argumentos serem verdadeiros, mas creio que se há fragilidades no nosso sistema eleitoral e no sistema político-social, cabe a todos de forma organizada advogar para que esses desafios sejam solucionados e minimizados gradualmente. Porém, se decides te abster de recensear e posteriormente votar, obviamente que outros irão escolher por ti e em nada irás contribuir para que as eleições sejam de facto livres, justas e transparentes e muito menos ajudar no desenvolvimento do país.

Precisamos ser cidadãos activos, que participem nos processos de tomada de decisões do país. E todos somos chamados para sensibilizar uns aos outros de modo a recensear e votar.

E como já vem patente na nossa Constituição da República, no Artigo 119, ponto número 1. ***A família é o elemento fundamental e a base de toda a sociedade***, exorto a todos pais e encarregados de educação, cuidadores e demais familiares a inculcar nos mais jovens

principalmente os que atingiram recentemente a idade eleitoral para que os mesmos não se apartem desse processo tão importante para o país, pelo contrário, que façam parte dele activamente isso porque infelizmente muitos jovens andam tão desligados da agenda do país alegando vários motivos dentre eles a falta de informação não se recenseiam e muito menos votam.

Não vamos deixar a tarefa de sensibilização apenas para os órgãos responsáveis, mas sim vamos todos dentro dos nossos círculos sociais amigavelmente lembrar os nossos familiares, amigos, colegas de serviço, irmãos da igreja, vizinhos etc sobre a importância de participar nos processos eleitorais do país pois embora possa não parecer acaba influenciando toda nossa vida e conjuntura social.

Devemos todos nos lembrar que recenseamento eleitoral é um acto de cidadania para exercer o direito e dever de votar e um cidadão legível a este acto, faz os possíveis para não perdê-lo.

Termino por dizer: ***Vamos todos recensear.***

PUBLICIDADE



ethale
Publishing

EDIÇÃO ESPECIAL DE RÓTULOS “SALVEM-NOS”





SEXO: QUEM O SOLICITA?

Por: Nuno Gonçalves

" - Eu fui prostituída não por escolha, mas pelas circunstâncias".

São os homens que possuem escolha, e uma vez que dinheiro é poder, são os homens que possuem todo o poder.

Os homens agem como se as mulheres escolhessem livremente solicitar sexo deles, como se elas tivessem o poder do sexo, quando na verdade o pagamento é um suborno que eles pagam para poderem violar os direitos ferir e ou, machucalas.

Eles pensam que mulheres são as guardiãs do sexo e que devem isso a eles, para justificar seu uso da força para conseguir sexo por meio de violência, chantagem, persistência, drogas, álcool e dinheiro.

Faz algum tempo eu venho apoiando uma ou duas mulheres envolvidas na indústria do sexo e é tão desolador saber a verdade sobre as reais experiências dessas mulheres em uma sociedade doente, pobre de valores morais em que a agenda neoliberal

pró-comércio sexual domina.

Existe tanto sofrimento que as pessoas preferem não ver porque ele não encaixa na narrativa de que mulheres "escolhem" essa situação, tirando o foco de quem controla a demanda.

As mulheres em sua maioria possuem traumas significativos, e são controladas ou forçadas à prostituição por agentes económicos, elites, por vigilantes da noite (seguranças) e pela pobreza principalmente.

E mesmo que elas não tenham sido forçadas a entrar, a saída é praticamente quase que impossível por conta de várias barreiras, incluindo a imigração, dívidas, abuso de substâncias, falta de moradia, medo, auto-estima impressionantemente baixa, doenças transmissíveis e mentais entre tantos outros fatores.

E a prostituição não afeta apenas as mulheres na indústria do sexo.

Ela afeta a todas as mulheres quando algumas de nossas irmãs desaparecem dos bairros periféricos

principalmente, sendo compradas, estupradas coletivamente, agredidas e até filmadas por compradores que exigem mais por terem gastado dinheiro, etc etc...

Ao conhecer estás duas mulheres que actuam no chamado "turno da noite" em plena Av. 24 de Julho nas proximidades do Cinema África durante as minhas pesquisas, eu me senti segura no local e ouvi comentários degradantes dirigidos a homens como eu, já que é essa a cultura e atitude comuns direcionadas às mulheres nessas áreas.

E comprovei assim que muitos dos homens com quem convivemos estão consumindo e proporcionando pornografia, prostituição filmada, em quartos de hotel, casas privadas ou alugadas para esse tipo de eventos, causando todo um impacto em como são tratadas as mulheres de programas e muitas das nossas filhas, irmãs, amigas e colegas na nossa sociedade.

PUBLICIDADE

Potlatch

business consulting



"Manutenção da EN1 em Moçambique"

Por: Nilton Dimande

É certo que a manutenção da EN1 em Moçambique já tem acontecido fazem 20 anos, entretanto, após 3 anos feita a manutenção da EN1 fica esburacada a estrada, na região sul de Moçambique, e a posteriori em outras zonas do país (centro e norte).

Todavia, o Governo de Moçambique investe divisas, através do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, e seus potenciais parceiros internacionais, para fazer intervenções na Entrada Nacional Número 1 (EN1).

Nesse contexto era fundamental garantir a qualidade das estradas, a preocupação também vai para os preços das portagens que se revelam bem altos, só para ter uma ideia quem pretende viajar de Maputo para Pemba, vai atravessar umas 9 portagens e pagar só de portagens aproximadamente 9 mil meticais, num cenário que as condições das estradas são péssimas em Moçambique.

Outrossim, fica difícil a transitabi-

lidade na EN1, que já afectou a economia nacional na área dos transportes, pois, diariamente camiões avariaram no caminho e outros até capotam na rodovia por conta dos vários buracos existentes ao longo da principal via de Moçambique.

Além da questão sócio-económica, outro factor que preocupa são os acidentes de viação, que são gerados muitas vezes pelas condições que a estrada oferece aos cidadãos Moçambicanos.

O que sucede é que, nem todo cidadão Moçambicano estará bem preparado, para tomar decisões irracionais e inconscientes de enfrentar a rodovia, outros preferem não danificar seus transportes e seus produtos criando alternativa de produção e distribuição local.

A questão fundamental é, por que razão as estradas em Moçambique tem uma duração limitada após a sua Manutenção?

Será que o material usado é suficiente para Manutenção das estra-

das?

Será o problema de um bom investimento para garantir obras públicas de qualidade?

Afinal o que está falhar na manutenção das estradas?

São vários questionamentos referentes a via EN1, pois, verifica-se que até são feitas intervenções, mas não duram muito tempo. Há uma necessidade de se começar a pensar na qualidade das obras públicas, com intuito de garantir uma boa circulação de produtos e também promover uma economia sustentável em todo território nacional.

O problema das estradas afecta grandemente diversas áreas, desde a agricultura que é a base da sustentabilidade de Moçambique até a saúde que é o sector que garante o bem-estar de todo cidadão.

Ensuma, está claro que devíamos investir mais na manutenção da EN1, de forma a trazer melhorias para os outros sectores fundamentais da nossa economia.

PUBLICIDADE

LUZ DO PENSAMENTO – *Semanário Digital*

Preços de Publicidade por Edição

1/1 pág.	10.500,00 MT
1/2 Pág.	6.500,00 MT
1/4 Pág.	4.000,00 MT
1/8 Pág.	2.500,00 MT
Rodapé primeira página	5.000,00 MT
Rodapé de pág. 2 em diante	1.500,00 MT



REFLEXÃO SOBRE OS VALORES DA FAMÍLIA MOÇAMBICANA

Por: António Arouca da Conceição

Toda a sociedade Moçambicana, sem exceção, é convidada a fazer uma profunda reflexão, objetiva e sobre tudo, construtiva de modo que se reflita na melhoria de valores sociais e culturas das famílias Moçambicanas, porque o que se tem assistido hoje em dia, é uma lástima, pois, as famílias Moçambicanas, perderam o seu real valor. Tudo isto, como consequência do elevado custo de vida, empregos inseguros, com contratos determinados que tem vulneralizado as famílias, colocando as, no lugar de pedintes e dependentes para o seu auto sustento e sobrevivência.

Se formos a visitar a lei da família, vamos constatar de que, a lei, é bem clara, pois, compreende um conjunto de normas jurídicas que regulam as relações entre pessoas ligadas entre si por laços de familiaridade que o Estado reconhece efeitos jurídicos, nomeadamente a procriação, o parentesco, a afinidade, o casamento e adopção, mas porque O País em si, encontra se num estado doentio de governação, compromete de certo modo o que esta plasma-

do na lei da família Moçambicana.

É nessa perspetiva, que o início da reflexão dos valores da família Moçambicana tem que ser feita, para encontrar se formas e plataformas para que os valores, a lei da família, e os demais instrumentos legais para o bem das famílias, deixem de ser banalizados ou marginalizados.

A lei da família, em si e por si, é insuficiente e nem bastante para resgatar os valores ciclicamente perdidos nas famílias, por conta, de um País, com falta de políticas económicas e sociais tendentes a garantir famílias robustas e com valores aceitáveis para o século em que vivemos. Devido a crise de valores nas famílias moçambicanas, assistimos constantes divórcios, pais que abandonam filhos, filhos que abandonam pais, avós marginalizados e deixados a sua sorte. Todos estes acontecimentos, são indicativos de que o País, não esta a ser bem governado. Quando é assim, somos todos convidados a fazermos uma profunda reflexão, objetiva e sábia para que a solução possa ser encontrada, de modo

que as famílias passe efetivamente, a gozar dos seus plenos direitos, fazendo de família um elemento fundamental e a base de toda sociedade, factor de socialização da pessoa humana, a família deve ser vista como uma instituição jurídica, que constitui um espaço privilegiado no qual se cria, desenvolve e consolida a personalidade dos seus membros e onde devem ser cultivados o dialogo e a entreajudada. Todos é reconhecido o direito a integrar uma família e de constituir família.

Por via de tudo o que se disse, infelizmente, muitos chefes de famílias, não estão a conseguir cumprir com os seus deveres da família, e como consequência directo disso, a vulnerabilidade e por conseguinte, abaixa drástica de valores de famílias Moçambicanas.

Já é tempo de termos entendimento e discernimento no que vivemos

Com povo no poder, de certeza de que teremos famílias Moçambicanas com valores de invejar.

Tempo de Vencer!

António Arouca da Conceicao

Assinaturas

	Assinaturas		
	Mensal	Semestral	Anual
Instituições/Função Pública	1700.000MT	10.000MT	20.000MT
Embaixadas e Fora do País	100 USD	550 USD	950 USD